

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM). Nos dias quatro e cinco de novembro de dois mil e quatorze realizou-se a quadragésima primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) no auditório do Hotel Mercury Brasília Eixo - SHN Quadra 05 – Bloco “G” Brasília/DF, com os seguintes pontos de pauta: **Dia 04/11** 1. Abertura da Reunião e Informes pela Ministra **Eleonora** 2. Posse do Conselheiro Titular **Fábio Meirelles/MEC** e da Conselheira Titular **Bárbara Pincowska C. Campos/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS** 3. Justificativa das Ausências 4. Aprovação da Ata. 5. Esclarecimento de dúvidas dos informes previamente enviados pela Secretária Executiva **Lourdes Bandeira** (Anexo nº 01); **Vera Soares/SAIAT** (Anexo nº 02); **Tatuo Godinho/SAE** (Anexo nº 03) e **Aparecida Gonçalves/SEV** (Anexo nº 04). 5. Balanço Geral da Gestão da SPM (2012 a 2014) – Ministra Eleonora Menicucci (Anexo nº 05). Lista de presença (Anexo nº 06), **Dia 05/11** 6. Abertura e Informes pela Ministra Eleonora. 7. Relato da Secretária Executiva, Lourdes Bandeira, sobre sua participação na 1ª Conferência Extraordinária dos Estados que participaram da Convenção de Belém do Pará, realizada na Cidade do México. 8. Relato das Câmaras Técnicas: de Monitoramento do PNPM e Planejamento e Orçamento; de Legislação e Normas e de Assuntos Internacionais. 9. Apresentação da Pesquisa “Estatísticas de Gênero: Uma análise do Censo Demográfico, 2010” – Secretária **Vera Soares/SAIAT** 11. Apresentação da Proposta do GT sobre a IV CNPM pela Assessora Especial **Sonia Malheiros**, seguida de discussão e formação da Comissão Organizadora da 4ª CNPM. A Ministra **Eleonora** iniciou a reunião cumprimentando as pessoas presentes e se desculpando por ter que se retirar da reunião em um dos períodos devido a agenda no Palácio do Planalto, razão pela qual a pauta seria alterada. Em seguida, deu posse ao Conselheiro Fábio Meirelles/MEC (ausente) e à Conselheira Bárbara P. C. Campos; justificou as ausências das/o seguintes conselheiras/o governamentais: **Mônica de Oliveira/Titular-SEPPIR**; **Anna Flávia R. Amorim/Titular-MinC**; **Fernanda Pedrosa/Titular-MCT**; **Fábio Meirelles/Titular-MEC**; **Regina Helena C. Gualda/Titular-MMA**; **Maria Esther de A. Vilela/Titular-MS**; **Thereza de Lamare/Suplente-MS**; **Magaly de Carvalho C. Marques/Titular-Casa Civil/PR**; **Adriana Rosa dos Santos/Titular-MTE**; das Conselheiras da Sociedade Civil: **Silvana Veríssimo/FNMN**; **Lourdes A. Simões/MMM**; **Lays Gonçalves da Silva/UNE**; **Ivânia Pereira da S. Teles/CTB**; das Conselheiras de Notório Conhecimento das Questões de Gênero: **Jacqueline Pitanguy** e **Maria Betânia Ávila** e da Conselheira Emérita **Clara Charf**. Em seguida apresentou a Ata da 40ª Reunião Ordinária para apreciação e aprovação. Aprovada por unanimidade. Dando sequência, deu os seguintes informes: A Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande está finalizada. No dia 13/11 serão instalados os tribunais, a Deam e o Ministério Público. O processo de implantação envolveu o movimento de mulheres e servidores da Prefeitura. Será inaugurada no início de 2015. As Casas Curitiba, São Paulo, Salvador, Fortaleza e São Luís estão com contratos firmados e aguardando aprovações das Prefeituras para início imediato das obras. A de Boa Vista está em processo de licitação. Até 25/11 deve ser

divulgada a firma vencedora da licitação para sua construção. As Casas de Maceió, Aracaju, Porto Alegre, Palmas, Teresina, Rio Branco e Belém, estão com projetos em desenvolvimento e as obras em processo de licitação. No Rio de Janeiro, Macapá, Florianópolis, Manaus e Porto Velho os terrenos já foram definidos, com a regulamentação da documentação em trâmite nos cartórios. Realizou-se em agosto a 8ª Jornada dos Trabalhos sobre a Lei Maria da Penha. A Ministra tem visitado a Casa de Brasília quase semanalmente. Informou que a SDH e a SPM, em parceria com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e o CNDM, comemoraram o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (29 de agosto), homenageando Vange Leonel e que, na ocasião foi exibido o Filme Flores Raras. A SPM também participou da solenidade de instalação da Comissão de Gênero do Ministério da Defesa e do Ato Público de retomada das análises das ossadas localizadas em Perus/SP, 51 das quais já identificadas. Informou visita feita com a presença das autoridades municipais, o Hospital Escola na Vila Nova Cachoeirinha em São Paulo, onde existe o serviço de atendimento às vítimas de estupro e, ainda, recebeu a Embaixadora dos EUA para tratar assuntos relacionados às crianças. E que a SPM participou da Coletiva de lançamento do Torneio Internacional de Futebol Feminino, que tem o apoio da Caixa Econômica Federal. Informou, também, que foi realizado o Lançamento da Campanha Outubro Rosa. Em sua visita à João Pessoa/PB foi à DEAM e ao Centro de Referência. Em relação às agendas internacionais, informou que a 1ª Reunião da Mesa Diretora da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe se realizará de 12 a 14/11, em Santiago/Chile; a SPM será representada por Sônia Malheiros e o CNDM, por Jacqueline Pitanguy. E que a 51ª Reunião da Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e Caribe acontecerá no período de 17 a 19/11, também em Santiago do Chile, onde participará da mesa de discussão sobre Beijing + 20, nos dias 18 e 19/11. Finalizou os informes comunicando que a 5ª Reunião de Ministras e Altas Autoridades de Mulheres do Mercosul/RMAAMM será realizada em Buenos Aires, nos dias 20 e 21/11, contando com sua presença juntamente com duas técnicas da SPM. Sobre o processo eleitoral que resultou na vitória da presidenta Dilma Rousseff para um segundo mandato, a ministra agradeceu o empenho de todos e todas para que o retrocesso não voltasse ao país. Agradeceu enquanto mulher e militante que sabe da importância da SPM/PR para a vida das mulheres. Disse não ter dúvidas de que essa importância se deve às políticas que vem implementando e ao compromisso da Presidenta com as causas das mulheres. Concluiu alegando que, apesar de três mulheres terem concorrido à presidência, esse fato não se repetiu nos outros cargos eletivos, os quais continuam com baixa representatividade feminina. Em seguida abriu a palavra para comentário/indagações sobre os informes das secretárias da SPM, previamente enviados. **Cristiane Kondo**/Parto do Princípio, solicita informação sobre a deliberação da última reunião do CNDM para que a violência obstétrica fosse incluída no atendimento no Ligue 180. E questionou sobre a votação do PL que trata da participação social para o dia da reunião do Conselho. Ao que a ministra ponderou que possivelmente não seria votado nesse dia. **Maria Antônia**/MAMA solicitou que os informes fossem lidos, pois não conseguiu abrir os arquivos enviados à lista das conselheiras. **Maria do Rosário**/MPOG solicitou que os informes enviados pelas secretárias da SPM não especificassem apenas a participação em eventos, mas que incluíssem as deliberações tiradas. **Rachel Moreno**/RMM, propôs que o CNDM elabore uma moção de protesto

contra o retrocesso por parte dos parlamentares da Câmara Federal pela rejeição ao Decreto Presidencial que regulamenta a participação popular no Governo Federal. A Ministra informou que há um consenso de que os partidos de centro-esquerda devem ter um projeto único e, que, portanto, o PL apresentado pelo PSOL está muito parecido com o Decreto Presidencial. **Sheila Sabag/RNFS**, sobre o informe da SAIAT, em relação ao acompanhamento da PNAISM, questionou como a sociedade civil poderia acompanhar e monitorar. **Alessandra Lunas/Contag**, apoiou o posicionamento do CNDM em relação ao que entende como retirada dos direitos: o retrocesso na institucionalização da participação social. **Lídia Correa/CMB**, disse ser muito preocupante o percentual de apenas 10% de mulheres no parlamento e demais espaços cujos cargos são eletivos. Apontou como um dos principais problemas o financiamento das campanhas, que deveria ser público. Há dificuldade em aprovar o financiamento público. Sugeriu averiguar como políticas para essa questão são implementadas em outros países. **Valeska Maria/CFP**, propôs a questão do aborto como pauta prioritária para o CNDM no próximo ano, alegando que a interrupção voluntária da gravidez pelas mulheres deve ser objeto de luta do CNDM. **Antônia Salgado/MAMA** solicitou informações sobre a política de enfrentamento à violência das mulheres na Região da Ilha de Marajó e demais locais da Região Norte. Alegou que gostaria de saber como poderia contribuir para aumentar a cobrança sobre responsabilidade das prefeituras a respeito desta pauta. **Silvana Conti/LBL**, solicitou que se introduzisse na pauta uma análise de conjuntura do período eleitoral. Além da questão do aborto pediu atenção para as pautas das bancadas militar e ruralistas que estão fortalecidas após as eleições. Houve diminuição da bancada sindical e aumento da bancada conservadora. E referiu: “Ou tomamos posição sobre nossas pautas ou o bonde vai passar e não sabemos o que será do futuro”. **Jeanete Mazzeiro/FMM**, concordando com Silvana comentou: “as eleições mostraram muitas mulheres candidatas que, em muitos casos, são usadas pelos partidos apenas para cumprirem a lei eleitoral sem se importarem com a igualdade de gênero”. E informou que, a partir de agora, a OAB terá 30% de mulheres nas suas diretorias. A Secretária **Vera Soares/SAIAT** informou sobre a realização das oficinas para validar o documento de treinamento dos Organismos de Políticas para as Mulheres/OPMs para acompanhar o PNAISM. Informou também que entre 25 e 26/11 será realizado um seminário sobre a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais. Concordou com a fala de Lídia e informou que o Fórum de Mulheres de Partidos, do qual participam 18 dos 23 partidos representados na Câmara Federal, irá se reunir na primeira quinzena de dezembro e uma das pautas será a discussão da reforma política sob a perspectiva das mulheres. Finalizou dizendo que, pela primeira vez, os dados do TSE foram desagregados por sexo e raça, e comentou: “no ano passado, avaliou-se junto ao TSE as candidaturas de mulheres com menos de mil reais de financiamento e, muitas delas, por não prestarem contas ao TSE, perderam seus direitos políticos. **Raimunda de Mascena/Assessora**, respondendo à Maria Antônia, disse que a dificuldade também ocorre nas unidades móveis, em Belém e, que muitos problemas foram observados no arquipélago do Marajó. Sugeriu que se faça uma avaliação com o estado, municípios e movimentos sociais sobre o trabalho que tem sido feito na Região. Finalizados os esclarecimentos, a ministra **Eleonora** apresentou o balanço da gestão 2012 – 2014 (Anexo nº 06) e pediu as considerações das/o conselheiras/o. **Karla Hora/MDA** reconheceu a importância do trabalho da SPM, ressaltando a criação da assessoria

especial para assuntos das mulheres do campo, da floresta e das águas. Alegou que a existência da SPM permitiu avanços do MDA junto a outros ministérios e salientou: “a SPM irradiou as mudanças e é resultado de muitas lutas, tanto dos movimentos sociais quanto das pessoas que trabalham no governo. **Rosimere Teles/UMIAB**, sublinhou que houve apenas uma atividade com as indígenas, em 2012 e, que, portanto, no que se refere aos desafios em que consta a inclusão da perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas, as mulheres indígenas não estão contempladas. A ministra **Eleonora** salientou que a participação das mulheres indígenas no CNDM foi uma preocupação da SPM e do CNDM, e que a carta da presidenta Dilma aos povos indígenas, deve ser tomada como norte e é um documento histórico. **Sheila Sabag/RNFS**, comentou que muitas ações do governo federal são capitaneadas por prefeituras, e que, em geral, o público não tem acesso à informação. **Linda Goulart/Chefe de gabinete** confirmou que não haveria votação no Senado Federal do PL de Participação Social. **Aparecida Schumacher/AMB**, disse que a SPM tem ocupado diversos espaços importantes e hoje está estruturada e legitimada nacional e internacionalmente: “temos que pensar como dialogar com a sociedade, quais foram os segmentos que não arredaram o pé, os que chegaram depois e se terão energia para continuar na luta contra o conservadorismo. O cenário do congresso é lamentável, a bancada feminina tem muitas dificuldades para garantir uma pauta mínima, a maior bancada hoje é a ruralista disseminada em todos os partidos. Temos que fazer essa disputa na sociedade, pois no congresso será muito difícil, o desafio é pensar uma agenda mínima para os movimentos sociais”. **Rachel Moreno/RMM**, colocou que, ao longo do ano, a mídia construiu uma imagem negativa da presidenta. O TSE lançou uma campanha para elevar o nível apenas focado na propaganda eleitoral, sem monitorar a mídia e suas manchetes. O ódio foi instalado, sobretudo em São Paulo. Foram as mulheres e os negros que votaram de maneira mais consistente em Dilma. Esses segmentos deveriam ter mais políticas públicas. Nestes termos solicitou uma conversa de integrantes do CNDM com a presidenta Dilma, intermediada pela Ministra. A ministra Eleonora enfatizou que, tanto sociedade civil quanto o governo, estão cientes das dificuldades e, juntos, devem lutar para garantir os direitos já conquistados. E, atendendo solicitação, abriu inscrição para avaliação da conjuntura do processo eleitoral. **Maria Antônia/MAMA** disse que foi uma campanha muito difícil, e referindo-se à apresentação da gestão (2012-2014) da SPM sugeriu que fosse amplamente divulgada para conhecimento das pessoas mais distantes. E, finalizou dizendo: “Temos que pensar numa revisão do pacto federativo, pois somos reféns dele”. **Justina Cima/MMC**, ressaltou a importância do momento que estamos vivendo, que é resultado da luta realizada pelos movimentos no Brasil (rurais, indígenas, negros, mulheres etc.). Para ela as elites não querem permitir avanços dos segmentos que elegeram a presidenta. Por esta razão, salientou: “não podemos ser corporativistas, é momento de unirmos forças. Devemos centrar esforços e focar na reforma política e no monopólio da mídia conservadora”. **Silvana Conti/LBL**, assim se expressou: o ódio visto na campanha era um ódio de classes, advindo dos que não querem mudanças. A bancada conservadora já tem sua pauta, e temos que pensar estratégias que visibilizem o CNDM. A presidenta Dilma afirmou seu compromisso com a criminalização da homofobia, mas ressaltou que não é apenas isso, que tem que ser colocado de maneira estratégica na sociedade como questão de educação. Temos que conhecer as pautas uma das outras e colocá-las nos outros espaços em que participamos. **Rosane da**

Silva/CUT, alega que os movimentos sociais devem se organizar frente à atual conjuntura. O tema do ódio foi visto em escala nacional. O ato de SP é um retrato do que pensa a burguesia, chegando ao ponto de defender a volta da ditadura militar. Nas ruas percebeu-se que as mulheres não tinham dúvidas em votar na Dilma, pois reconhecem a importância das políticas sociais, da Lei Maria da Penha. O CNDM tem que divulgar os dados do governo federal, pois o congresso eleito é extremamente conservador. Os movimentos sociais têm que manter um campo de unidade para dar sustentação ao governo Dilma. Devemos fazer pressão social para manter os avanços, da democratização da mídia, por exemplo. Se não fossem as redes sociais, as mentiras da mídia conservadora iriam virar verdade e talvez comprometessem o resultado final das eleições. **Maria Antônia/MAMA**, estamos em momento de disputa ideológica, devemos rever a matriz curricular do MEC para dar conta de muitas pautas como raça, gênero, etnia. No Brasil e na América Latina estamos numa disputa acirrada e falhamos nos últimos anos ao permitir que a direita se fortalecesse. Temos que colocar para a sociedade nossas pautas. Foi um erro político da esquerda em relação às outorgas das rádio comunitárias, tivemos dificuldade em consegui-las, enquanto as oligarquias conseguiram muitas. **Matilde Ribeiro/Notório Conhecimento das Questões de Gênero** relatou: quando era ministra assumi que seria uma peregrina na esplanada e isso é apontado também no relatório da SPM. O desafio é fortalecer os organismos governamentais. A campanha eleitoral mostrou ódio aos nordestinos, indígenas e outros segmentos; 2018 já está em pauta. **Cristiane Kondo/Parto do Princípio**, disse se preocupar com o aumento das igrejas e que estamos carentes de lideranças. As pessoas não estão se filiando a partidos políticos, nem a sindicatos. **Isis Tavares/CNTE**, alegou que repudiou a maneira conduzida pelo candidato que perdeu a eleição. **Sônia Zerino/CNTI**, asseverou: todas as mudanças que ocorreram no Brasil foram resultado da pressão dos movimentos sociais, não aceitaremos retrocesso. Ao final das intervenções, a Ministra Eleonora deu por encerrada a reunião. Na manhã do dia 05/11, a Secretária Executiva **Lourdes Bandeira**, dando sequência à pauta, iniciou a reunião compartilhando os seguintes informes: sobre sua participação na reunião do TCU, ocorrida no dia 04/11, que tratou do projeto de implementação de um novo sistema de governança e controle de contas públicas e sobre sua participação na 1ª Conferência Extraordinária dos Estados-Parte da Convenção Interamericana de Belém do Pará, em comemoração aos 20 anos de sua realização, realizada na Cidade do México, nos dias 22 a 25 de Outubro. Acompanhada da Assessora Internacional Marise Nogueira, contou que a Conferência reuniu 32 países, dentre os 35 membros da OEA e que, na ocasião, foi distribuído o Guia para a Aplicação da Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher, que estará disponível na internet. Esse Guia tem o objetivo de estimular os países a criarem legislações específicas de combate e erradicação da violência. Esclareceu que existem algumas características muito diferenciadas entre os países. Os da América Central são de língua inglesa, com uma população afrodescendente muito presente e têm uma visão muito diferente da violência. São de conservadorismo muito grande, condenam a homossexualidade e têm uma série de diferenças em relação aos demais países. Há, ainda, um segundo grupo com posição muito semelhante, como Equador, Bolívia, Chile e Paraguai, que têm uma visão muito específica da violência, uma vez que contam com expressiva população indígena com características muito próprias. E há os que caminham mais independentes,

como o Brasil, a Argentina e o Uruguai, que têm certa autonomia na aplicação da legislação, baseada na Convenção de Belém do Pará. No caso do Brasil, com a Lei Maria da Penha, há a autonomia de aplicação de uma lei universal para a federação brasileira. Essa é uma característica significativa que coloca o Brasil em um patamar positivo. A segunda questão discutida foi sobre o mecanismo de aplicação da Convenção de Belém do Pará e sobre a participação dos países com a presença de expertises. No Brasil, foi indicada Leila Linhares, da CEPIA. Informou que a última discussão tratou dos recursos, pois havia quem defendia a criação de um fundo que, estatutariamente já existe do ponto de vista formal. Os países deveriam contribuir para o desenvolvimento dos mecanismos ou para financiar as expertises. Em relação ao fundo para o financiamento das expertises, o Brasil defendeu que cada país pagasse as suas. Ficou evidente que não havia clareza sobre os critérios de como esse fundo seria administrado. A respeito dessa questão alegou que os países caribenhos se colocam em posições de vitimizados. A conclusão a que se chegou é que o fundo deve ser voluntário; cada país contribuirá na medida de suas possibilidades. Informou que no período de 14 a 17 de abril de 2015, será realizado, em Brasília, o Fórum Hemisférico e que o CNDM será convidado à participar junto com os países-membros da OEA que ratificaram a Convenção de Belém do Pará. Destacou que a Convenção de Belém do Pará foi a primeira a tratar, no plano internacional, do combate à violência contra as mulheres, passando a ser uma responsabilidade dos Estados-Membros que a ratificaram. Disse que durante a Conferência foi apresentado o sistema de indicadores proposto pela OEA para cobrir as políticas públicas. No caso do Brasil, a SPM participou de um seminário, em Brasília, organizado pela OEA juntamente com a SDH, IBGE e IPEA e que se trabalhou 800 indicadores para seleção dos possíveis a serem acompanhados e monitorados. Este trabalho está em processo de finalização na SPM, sob o aval da Ministra Eleonora e da Ministra da SDH e, em breve, será enviado à OEA. Ao final comunicou que está escrevendo um artigo sobre a realização da Conferência que será disponibilizado na internet. Em seguida abriu para as intervenções. **Rachel Moreno/RMM**, apresentou duas questões: a primeira sobre o tráfico de mulheres e a segunda, quis saber se havia esforço para uma mudança da cultura, que se traduziria em iniciativas em termos de educação e mídia, que consta na Convenção de Belém do Pará, na Lei Maria da Penha e no Tratado de Beijing. Gostaria de saber como estão os outros países em relação a isso. **Lourdes Bandeira** respondeu que a Conferência não centrou em temas específicos, embora a questão da mídia tenha sido bastante mencionada, assim como o tráfico de mulheres. Disse que cada país colocou a sua posição de como está incorporando nas suas ações, a Convenção de Belém do Pará. No caso do Brasil, o foco foi nas ações do Programa “Mulher: Viver sem violência”. O Uruguai e a Argentina trataram bastante a questão do tráfico internacional de mulheres. A questão da mídia percorreu todos os relatos. As questões foram colocadas no sentido de verificar em que medida os países estão incorporando os diferentes artigos da Convenção de Belém do Pará para torná-los acessíveis e transformá-los em políticas públicas. A versão final do relatório está disponível no site da CIM – Comissão Interamericana de Mulheres. **Rachel Moreno** informou que a Rede Mulher e Mídia tem feito uma análise da importância de se mexer na questão da mídia e da educação, particularmente na mídia, porque ela naturaliza a violência. Ao invés de inibi-la, ela ou naturaliza ou faz um espetáculo quando se tem uma pessoa importante envolvida no episódio. Pede, portanto, atenção de se pensar

uma iniciativa nesse sentido. Informou também que Paulo Teixeira, Luiza Erundina e Janete Pietá juntos assinaram um PL nº 7378, que coloca a questão da violência em termos de educação e mídia, para incluir a discussão da violência de gênero nos currículos. Sugere que o CNDM tome conhecimento dele, pois se trata de uma questão que está nos vários tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário. **Alessandra Lunas/CONTAG**, interveio dizendo: diante dos vários espaços de atuação das entidades da sociedade civil, solicito que esta apresentação seja socializada para auxiliar no processo de construção dos olhares para a Plataforma da Marcha das Margaridas 2015, pois os dados são importantíssimos para a percepção de como o Brasil está olhando para o enfrentamento à violência. Solicitou à Secretária Lourdes uma conversa, enquanto CT de Assuntos Internacionais, para compreender todos os espaços de atuação que envolvem as questões internacionais da SPM. Esclarece que a CT tem o conhecimento de atuações no âmbito do Mercosul, na área da sociedade civil, mas a RMAAM reúne só ministros e não é um espaço das organizações. Há alguns desafios para compreender efetivamente a dimensão da área internacional, para pensar estrategicamente como o Conselho poderia trazer sugestões, além de ter mais claro o papel da CT de Assuntos Internacionais, nesse sentido solicita sua presença. **Lourdes Bandeira** respondeu que, no tocante à área internacional, a sua responsabilidade é com a CSW e a parte da violência, quando não vai alguma representante da secretaria específica. Comprometeu-se a organizar uma apresentação para socializar. Passou, a seguir, à apresentação levada ao México. Apresentou o que o Brasil está fazendo especificamente em relação à Lei Maria da Penha. Disse que depois da apresentação, várias pessoas (do Paraguai, por exemplo) vieram lhe perguntar se poderiam ter cópias porque acharam muito interessante. E que o que mais impressionou foram três ações: primeira, os centros de fronteira que tem a programação de criação de dez unidades; segunda, a Casa da Mulher Brasileira e a terceira, o Ligue 180. **Alessandra Lunas/CONTAG** reforçou o pedido pela socialização dos dados, principalmente sobre os dados compilados e enviados para a OEA. **Lourdes Bandeira** informou que os dados da OEA já estão disponibilizados no site. Informou que a parte apresentada foi sobre a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Brasil. O Brasil, embora outros países tenham legislações, tem a legislação mais completa do ponto de vista da sua abrangência. Com relação aos arquivos, poderá enviá-los para todas. **Laura Delamonica/MRE** esclareceu, temos a Convenção de Belém do Pará, que é de âmbito regional, mas não temos ainda uma Convenção Internacional, abrangente, que envolva todos os países das Nações Unidas sobre violência contra a mulher. No entanto, a atual relatora sobre violência das Nações Unidas é uma grande defensora de uma convenção internacional para enfrentamento à violência contra a mulher. Ressaltou que no próximo ano essa será uma grande bandeira a tratar sobre a defesa e promoção dos direitos das mulheres. É importante que tanto o Conselho quanto a SPM estejam engajados com as demais áreas do governo brasileiro nesse debate. **Lourdes Bandeira** informou que a última reunião do ano do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM será realizada no dia 3 de dezembro, quando a execução do PNPM será avaliada. Informou também que a Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, que tem como temática “Mulheres no Esporte”, já está na gráfica e deverá ser distribuída na próxima reunião do Comitê. Informou ainda sobre a publicação de outros dois documentos: o RASEAM e um relatório contendo o resultado de seminário sobre a

criação de comitês e núcleos nos ministérios elaborado em agosto do ano passado, sobre a questão da transversalidade e a importância de se criar comitês de gênero nos respectivos ministérios. Disse que atualmente existem 15 ministérios com comitês e, até o final do ano, será criado mais um. Um livro será publicado e distribuído às integrantes do Conselho. **Rachel Moreno/RMM**, reitera a importância de se registrar no relatório o voto massivo das mulheres nas eleições que elegeram a Presidente Dilma. **Lourdes Bandeira** respondeu que esse registro certamente estará presente no relatório de gestão da SPM. Passou para o seguinte ponto de pauta: Relato das Câmaras Técnicas de Monitoramento do Plano, de Planejamento e Orçamento, de Legislação e Normas e de Assuntos Internacionais. **Maria das Dores/AMNB** fez o relato das CTs de Monitoramento do PNPM e do Planejamento e Orçamento que se reuniram conjuntamente (Anexo nº 07). **Silvana Conti/LBL**, assim se colocou: olhando as prerrogativas contidas na legislação do Conselho, seria interessante fazer discussões de temas específicos importantes e estratégicos voltados às políticas para as mulheres. Discutir a educação tem tudo a ver com as nossas políticas para que possamos avançar. Mesmo que no PNE as questões relacionadas a gênero não estejam postas de forma clara, há as definições nos planos estaduais e municipais de educação. Nesse sentido, gostaria de integrar o GT das duas CTs e discutir com o MEC o capítulo que consta no PNPM que trata da educação, cidadania e direitos humanos. Seria interessante que essa temática fosse discutida no Conselho. Considerou pertinente e estratégico a criação de um GT para discutir com o MEC, a educação, direitos e cidadania, inserindo nessa discussão as questões da educação das indígenas, das quilombolas, dos/as negros/as, da LGBT e todos os outros recortes, pois no final do mês ocorrerá a Conferência Nacional de Educação. Desde já devemos pensar como entrelaçar as resoluções das conferências e como fazer esse trabalho de forma integrada. Linda Goulart se colocou à disposição para ajudar, marcando uma audiência das CTs, com a Secretária Macaé da SECADI. Lourdes Bandeira informou que o MEC não tem comitê, nem núcleo de gênero, embora desde 2008 seja representado no Comitê de Monitoramento do PNPM. Alegou que quando o PNPM passou pelos ministérios para validar as parcerias, o MEC validou. A SPM tem o documento em que o Secretário Executivo validou. No entanto, depois nos enviaram uma comunicação de que não aceitavam desenvolver todas as ações acordadas na parceria. Eles terão que justificar a não realização das ações acordadas. Rosa de Lourdes lembrou que foi indicado um novo representante titular do MEC: Fábio Meireles, ele já foi suplente. E que Daiane, presente na reunião, está na suplência. Aproveitou para informar que o MEC está organizando uma capacitação e solicita uma representação do Conselho. **Maria do Rosário/MPOG** ponderou que a reunião sugerida por Linda Goulart seja marcada ainda na gestão da Secretária Macaé, e conte com as duas presidentas das CTs (Maria das Dores e Schuma) para início do diálogo. A respeito dessa discussão, **Vera Soares/SAIAT** fez duas observações: uma em relação à fala de Silvana, apenas para contextualizar, no PNE saiu a terminologia “relações de gênero” e tudo que remete a isso e ficou a questão de enfrentamento a todos os tipos de discriminação e preconceito. A segunda, a informação de que a SAIAT tem um programa relacionado à educação e tem boa relação com o MEC. Entende que, quando o MEC respondeu que não tem um comitê, é porque tem a SECADI que trabalha com alfabetização e todas as relações da diversidade. Por isso é que o MEC é representado por esses dois citados, os quais respondem pela SECADI. Alertou a respeito da agenda pretendida com o MEC para não

haver conflito de agendas e de ações. **Lourdes Bandeira** sugeriu, então, remeter à Secretária Vera Soares essa demanda, uma vez que ela é responsável pela área de educação. **Rachel Moreno/RMM** solicitou que fosse incluída nas demandas da educação, leitura crítica da mídia que é, particularmente, importante para as crianças porque elas levam tempo até perceberem o que é propaganda e o que é realidade. Informa que em vários países já existe, mas não no Brasil. Em seguida **Isis Tavares/CNTE** relatou os conteúdos discutidos na reunião da CT de Legislação e Normas, conforme (Anexo nº 08). Sobre as demandas da área da saúde, Lourdes Bandeira orientou às integrantes da CT de Legislação e Normas contatarem a coordenadora da saúde da SAIAT, Rurany da Silva. Em seguida informou que em dezembro a SPM realizará uma oficina sobre racismo institucional para encerrar o Projeto FIG. **Sueli de Fátima/FENATRAD** fez um relato sobre sua participação nas reuniões do CNDM: “sou trabalhadora doméstica desde os 12 anos, geralmente, quando participo da reunião da CT, antes de qualquer indagação a respeito da categoria que represento, a assessora parlamentar, Regina Adami, sempre dá notícias sobre o PL das domésticas, o que me dá a certeza de que a luta da trabalhadora doméstica não é só nossa, das domésticas. A SPM sempre tem dado um passo à frente da nossa luta. E por isso agradeço por nos ajudar nessa luta pela equiparação dos direitos trabalhistas. Sabemos que a próxima etapa será difícil, pois muitos dos parlamentares que defendiam a nossa causa não se reelegeram. Mas, vamos continuar utilizando nossas estratégias de convencimento. Eu sou do tempo em que a trabalhadora doméstica podia trabalhar por 20 anos em uma casa, podia até estar grávida, era demitida sem direito algum. Hoje, a trabalhadora doméstica tem direito à estabilidade na gestação, temos direito nos feriados. Esses direitos não tive e nem muitas outras companheiras, mas chegou para essa geração. Aos 12 anos eu já estava na cozinha. Aos 17, eu era cozinheira. Eu me tornei uma grande cozinheira de tal forma que hoje eu sou professora de culinária, ensinando as companheiras que estão entrando no ramo do trabalho doméstico o que eu aprendi a duras penas. O que eu transmito a vocês não é um lamento, é um exemplo de vida de alguém que começou por necessidade, depois por opção, e que hoje se sente realizada por ter trabalhado uma vida inteira como doméstica. Hoje sou aposentada e quero dizer que tenho aprendido muito e quero, através de Rosane, da CUT Mulher, agradecer porque, desde o início, foram eles/elas da CUT que nos mostraram o caminho. Muito ainda falta, mas muito já conseguimos”. **Lourdes Bandeira** agradeceu o relato de Sueli e ratificou que essa representação que, por motivos históricos por tanto tempo ficou fora, hoje tem presença, voz e voto na SPM e no CNDM. **Rosimeire Teles/UMIAB** agradeceu a Sueli porque reconheceu em sua participação no CNDM, benefícios para as mulheres indígenas: “hoje, a gente vê a resposta positiva, quando temos essa união de luta, quando colocamos como prioridade na mesa a pauta de discussão. Nós, mulheres indígenas, discutimos violência dentro de nossa realidade. Partindo do nosso entendimento colocamos o que é a Lei Maria da Penha para a sociedade em geral e o que representa para as mulheres indígenas. Queremos trabalhar não apenas a questão da violência. Lutamos e conseguimos a demarcação das terras indígenas e, agora, queremos a sustentabilidade das famílias indígenas, onde a mulher trabalha diretamente na roça. Queremos contar com o MMA, MDA, Funai e com a SPM. Precisamos que os representantes do governo tenham um olhar diferenciado para nós”. **Sônia Zerino/CNTI**, referindo-se ao relato da CT de Legislação e Normas, solicitou apoio

do CNDM/SPM aos projetos com recortes de gênero que tramitam na Câmara e Senado, acompanhando-os nas suas tramitações. Citou o Projeto nº 6653/2008 pela sua importância para as mulheres trabalhadoras e empresárias e por estar amparado no PNPM. Trata-se da igualdade de oportunidade de trabalho para mulheres urbanas e rurais. E concluiu referindo-se ao PL nº 4330 que trata da terceirização e da PEC 30, que trata da ampliação da licença maternidade para as trabalhadoras do setor privado, que ainda não têm direito à licença de 180 dias, exceto quando há negociação e adesão nas convenções coletivas. **Rosane da Silva/CUT** complementou a fala de Sônia: o PL de igualdade de oportunidades foi construído a várias mãos, junto com as parlamentares, a SPM e as centrais sindicais. Trata-se de um PL muito simples que só exige uma comissão interna para discutir as questões de gênero no local trabalho. No entanto, há oposição no Congresso Nacional. Em 2011 quase foi aprovado quando o deputado Marco Maia era presidente da Casa. Atualmente está na mesa do presidente Henrique Alves sem nenhum avanço. Este tema é realmente muito importante para o CNDM colocar peso. Quanto ao PL nº 4330 que trata da terceirização, as mulheres são as maiores vítimas no nosso país e no mundo. E finalizou lembrando que Sueli não participou da última reunião do CNDM porque estava sendo homenageada pela Câmara Municipal, como cidadã de Aracaju. Foi um momento histórico na vida dela e das trabalhadoras domésticas do país. Ela está aqui representando as milhões de trabalhadoras domésticas. Rosa de Lourdes lembrou que essa homenagem circulou na lista das conselheiras. **Aparecida Schumacher/AMB**, recomendou muita atenção com os assuntos tratados pela CT de Legislação e Normas, diante da nova realidade do Congresso Nacional. Informou sobre um espaço de opinião/enquete de participação popular nos sites da Câmara e no Senado, dizendo: “nele, há vários assuntos e temas relacionados com matérias que estão tramitando, como por exemplo, a discussão sobre o conceito de família. Enfatizou a importância da participação das conselheiras com opiniões e sugestões, alegando que é a partir dos resultados colhidos que eles embasam seus posicionamentos nos PLs, em tramitação. Na sequência, **Jeanete Mazzeiro/FMM**, informou sobre os assuntos discutidos na reunião da CT de Assuntos Internacionais que, apesar de não ter quórum, pois contou com a presença das três conselheiras governamentais e apenas uma da sociedade civil (Anexo nº 09), discutiram os seguintes eventos: Agenda de Desenvolvimento Pós-2015; RMAAM, que vai acontecer de 3 a 5 de dezembro de 2014, em Buenos Aires. Informou que, para fazer parte da RMAAM, a entidade da sociedade civil tem que ter abrangência em quatro países, uma exigência do regulamento. Disse que o FMM que o integra foi um dos articuladores da criação da REM, que antecedeu a RMAAM. Foi sugerido que houvesse rodízio de participação das conselheiras integrantes dessa CT nos eventos nacionais e internacionais. **Aparecida Schumacher/AMB** lembrou que em 2015 a histórica Conferência Mundial das Mulheres, em Beijing, onde participaram 300 brasileiras, completará 20 anos. E relatou todo processo de sua realização, como participante ativa. Em seguida informou que de 22 a 25 de novembro acontecerá o 13º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em Lima/Peru. Alegou que esse encontro será muito importante porque não se sabe se outros acontecerão, pois se trata de um modelo que está se esgotando. Informou também que recebeu vários e-mails de companheiras da América Central, principalmente de El Salvador, pedindo apoio político em relação à questão do aborto naquele país, visto que atualmente está proibido em todas as circunstâncias. Em

decorrência, há várias mulheres presas, razão do pedido de apoio. Sugeriu que as representantes da sociedade civil elaborassem uma carta e colhessem assinaturas de outras organizações e enviassem às companheiras de El Salvador como gesto de solidariedade. Rachel Moreno/RMM relatou o que se discutiu na reunião da CT Especial do Observatório. Iniciou elogiando a quantidade e a qualidade das informações contidas nos relatórios do Observatório; enfatizou a utilidade dos dados que podem subsidiar os movimentos sociais em todas as áreas de interesse. Indagou-se a análise e monitoramento dos indicadores, não poderiam incluir a análise e o monitoramento de políticas não implementadas. Referiu, ainda, que as avaliações apresentadas são predominantemente quantitativas e o movimento social, em sua função de controle social das políticas públicas, poderia e deveria acrescentar uma avaliação qualitativa de algumas das áreas que lhes digam respeito e que acompanhem mais de perto. Diante da missão do Observatório, que é fortalecer e estimular a participação social; subsidiar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas e dar visibilidade às políticas e ações que o Estado brasileiro realiza nos âmbitos nacional e internacional, surge a dupla função das entidades de multiplicar essa informação para o movimento social e, ao mesmo tempo, trazer informações do movimento social para essa CTE. Finalizou alegando que o movimento feminista tem alguns indicadores que precisam ser monitorados e avaliados, quer tenham sido implementados ou não. Alegou que os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário têm compromissos que ainda não foram implementados, a questão da mídia, por exemplo. Sugeriu que o próximo relatório servisse de subsídio para a 4ª CNPM. Dando sequência à reunião, a ministra Eleonora informou sobre a Conferência da CEPAL, na qual participará de uma das mesas, disse que a SPM elaborou um relatório sobre Beijing sob a ótica governamental e já o entregou à ONU e que será disponibilizado às/os conselheiras/os. Comunicou que a porta voz do CNDM nessa conferência era Jacqueline Pintanguy e que sugestões e/ou comentários fossem enviadas até o dia 14 de novembro. Finalizou informando sobre a realização de uma sessão no Palácio do Planalto de agraciamento das Medalhas da Cultura em que, in memoriam, Vange Leonel seria uma das homenageadas. Em seguida passou a palavra à Secretária Vera Soares que apresentou o resultado do trabalho feito pela SAIAT, junto com o MDA e o IBGE em que foram analisados os dados do Censo/2010 sob o ponto de vista das mulheres. Afirmou ser fundamental o conhecimento dos dados sobre a situação da população e que o censo é o único instrumento que permite desagregar os dados por sexo, por idade, por raça, e por outras variáveis. Em seguida informou que a publicação (já na pasta das conselheiras) estaria disponível no sítio da SPM. **Maria do Rosário/MPOG** parabenizou a apresentação e afirmou ser muito importante essa ferramenta para o planejamento das políticas públicas. **Alessandra Lunas/CONTAG**, elogiou a apresentação e mostrou-se satisfeita com a existência de informações rurais por subsidiar nas discussões do PPA e em outras questões. **Aparecida Schumacher/AMB**, parabenizou a apresentação, enfatizando a sua disponibilidade e informou que integrantes da SAIAT realizaram uma oficina com mais de 80 mulheres dos organismos municipais, explicando como se trabalha com os números e como se monitoram as ações nos níveis locais. E como passar as informações às lideranças da sociedade civil (urbanas e rurais), para que elas ajudem no monitoramento. Finalizou dizendo do seu interesse em participar da futura oficina. **Lídia Correa/CMB**, referiu que os números apresentados podem ajudar muito o próprio governo a identificar quais

políticas desenvolver em todas as áreas. Sugeriu a formação de pequenos grupos para analisar os dados por tema (educação, trabalho), por exemplo, a proporção de mulheres de 15 a 19 anos de idade com ao menos um filho nascido vivo, ou seja, na adolescência diminuiu de 14%, em 2000, para 11%, em 2010, o que significa essa informação para a área da saúde? Outro exemplo, sobre as mulheres mais escolarizadas: que tipo de escolarização está sendo feita? O ministério tem feito a campanha de apoiar as jovens a estudarem nas áreas de exatas. Isso está dando resultado? Isso pode ajudar muito a pensarmos que ação podemos fazer nas áreas em que cada uma atua – seja segurança, educação, saúde. **Antônia Samir**/servidora do MMA sugeriu que os dados apresentados fossem divulgados na mídia. A ministra Eleonora informou que essas informações já foram disponibilizadas para Folha de São Paulo, NBR e até para BBC de Londres. Informou também que, no início da semana, o Relatório do Fórum Mundial divulgou que o Brasil havia caído no ranking, o que imediatamente foi contestado pela SPM e que já foi feita uma espécie de coletiva para os devidos esclarecimentos e divulgada uma nota que também foi veiculada na Globonews. **Lourdes Bandeira** informou sobre a reunião do TCU, onde se discutiu processos de governança e aprimoramento dos mecanismos de controle. Disse que a Secretária Executiva do MPOG fez uma exposição extremamente significativa que tem muito a ver com os dados aqui apresentados. Isso mostra que outros ministérios já estão assimilando e colocando o recorte de gênero como uma questão fundamental. O auditório estava composto por autoridades do Canadá, França, OCDE e também da iniciativa privada, que igualmente demanda muito do governo. Vera Soares aproveitou para informar que, remetendo ao debate sobre o trabalho realizado, participaria de uma discussão sobre esses dados juntamente com a Guacira/CFEMEA, no dia 6, às 21h, na NBR. **Jeanete Mazzeiro**/FMM sugeriu que o Conselho tivesse uma maior interação com a SPM para se atualizar sobre as ações que estão sendo realizadas. Entende que a comunicação é pequena e baseada só nas reuniões. Sugere que entrevistas e publicações que a SPM fizer sejam postadas na lista das conselheiras. Rosa de Lourdes lembrou que todos os conselhos de direitos da mulher cadastrados (nacional, estaduais e municipais) fazem parte da lista da ASCOM/SPM e todas as agendas e assuntos da SPM são divulgados no site da SPM. A ministra **Eleonora** respondeu afirmando que uma das atribuições da Secretaria Executiva do Conselho é divulgar alguns assuntos, ou seja, enviar artigos ou notícias de interesse das mulheres. Sugeriu uma maior aproximação da Secretaria Executiva do Conselho com o setor de comunicação (ASCOM/SPM) e que passe a enviar às conselheiras matérias consideradas de maior importância. E deu por encerrada a primeira parte da reunião. Dia 05/11 – A ministra **Eleonora** retomou a reunião e, seguindo inversão da pauta, tratou da realização da 4ª CNPM. Informou que a SPM criou um GT integrado por representantes de cada uma das secretarias (SAIAT, SEV e SAE), de duas representantes titulares do CNDM e da secretaria executiva do CNDM, sob a coordenação da Assessora **Sônia Malheiros**, por ela ter conhecimento dos regimentos e ter participado de todas as conferências anteriores. Alegou que o GT fez uma discussão interna e, depois, com ela, onde discutiram algumas ideias, mas sem nenhuma definição. O foco agora é definir a comissão organizadora, portanto, eleger as representantes do CNDM e que caberá à comissão avançar e aprimorar as discussões feitas no CNDM. A Conferência ocorrerá no segundo semestre de 2015. E continuou: um assunto que preocupa é se há necessidade de mudança no funcionamento da próxima conferência porque, muitas vezes, são

enormes e pouco eficazes, mas por outro lado, são momentos de grande mobilização das mulheres desde os municípios, passando pelo estado e a nacional. Outra questão preocupante é com relação à delegação. Vir à Brasília significa ajudar a definir no avanço das políticas públicas para as mulheres e não por ser encaminhada por prefeito, por exemplo. O nosso objetivo é que tenhamos uma conferência eficaz. Outro ponto é que não se pense em um quarto PNPM, mas atualizar e aprimorar o existente. Lembrou que esta discussão é prematura e inicial e, que, portanto, cabe à comissão organizadora aprofundá-la e trazer as propostas na próxima reunião e passou a palavra à **Sonia Malheiros** que apresentou algumas propostas discutidas na reunião do GT, a saber: a 4ª conferência ter o lema: “Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres”, com o objetivo geral de fortalecer a política nacional para as mulheres. Sobre o temário apresentou os seguintes eixos: 1) Contribuição dos organismos de políticas para as mulheres e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade em nosso país; 2) Avaliação das ações e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: Avanços e desafios; 3) Discussão e apresentação de subsídios para se pensar a construção de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres. E, ainda sobre o temário informou que o GT sugeriu a inclusão da reforma do sistema político do ponto de vista feminino e das mulheres, demais informações (Anexo nº 09). A ministra **Eleonora** se colocou contrária à inclusão da reforma política no temário da 4ª CNPM. Sua concordância é que conselho se posicione sobre que reforma política se quer, independente da conferência. E alegou que o processo das conferências deverá servir como controle social sobre a reforma política. A outra questão que colocou foi sobre o 3º item do temário – discussão e apresentação de subsídios para a construção do sistema nacional de políticas para as mulheres, alegando: “desde o ano passado, nós da SPM falamos desse sistema, mas não chegamos a um consenso. O que queremos com esse sistema? Seria um sistema igual ao SUS ou ao SUAS? Seria transformar o PNPM em um sistema? Ou um sistema por município para saber onde tem delegacias, onde há equipamentos de serviços para as mulheres, existência de OPMs e de conselhos? O que a SEPPIR está construindo é um sistema nacional com indicadores de raça e etnia, é outra coisa. Minha proposta é esperar a conferência para depois iniciar a construção desse sistema, para 2016. Como conselho, precisamos ter uma proposta clara de criação de sistema”. Apontou outra questão que a preocupa na proposta do GT, a de colocar na conferência o tema do PPA. E argumentou: “vejam bem o que pode acontecer, se temos um prazo no executivo para apresentar o PPA para 2016, esse prazo tem que ser cumprido. Até a realização da conferência nacional o PPA já deve estar finalizado. Como gestora, não vejo ser possível descolar a responsabilidade política da peça orçamentária. Conseguimos incluir no PPA a perspectiva de gênero e raça em termos de políticas. O que poderíamos fazer seria aprimorar os POs do PPA na questão de gênero e raça. Acho que podemos levar à conferência a discussão de como as políticas de gênero cresceram ao serem incluídas no PPA e o que precisamos avançar mais, e o que a sociedade precisa para ter um controle mais efetivo dessas ações. **Lourdes Bandeira** ressaltou que o PPA só pode ser pensado em relação ao PNPM e que ele deve estar pronto até agosto. Esclareceu que todos os POs, objetivos, programas são articulados com o PNPM, e que tem contado muito com a colaboração do MPOG. Mostrou-se de pleno acordo com o que disse a ministra Eleonora, de que não se pense em um 4º PNPM, mas discutir o PNPM no sentido de

ampliá-lo e aprimorá-lo. **Maria das Dores/AMNB**, assim se colocou: gostaria de concordar que é necessária a reforma política e a democratização da mídia. Mas quero colocar outro ponto que não foi abordado, que é a reformulação do judiciário brasileiro. O reflexo do Congresso Nacional resulta das eleições estaduais. Quero citar meu estado do Amapá, onde um voto custou R\$ 400,00, e o governador eleito foi acusado de desviar um bilhão dos cofres públicos, me sinto envergonhada, do tamanho da corrupção, e a justiça até o momento não tomou as providências cabíveis. Outro ponto se refere a desqualificação que sofremos no período eleitoral pelo fato de morarmos na Região Norte do Brasil, a ponto de quererem dividir o país. **Maria do Rosário/MPOG** concordou que não se faça a discussão do PPA na conferência e esclareceu que a proposta do GT foi no sentido de ouvir as reivindicações dos municípios. E ponderou: “quando se oferece a escuta, espera-se a resposta e essa seria um comprometimento de que aquelas demandas estariam no PPA”. Afirmou que o entendimento no MPOG é de que o item dos objetivos específicos que trata de apresentar o balanço da implementação do PNPM e, dentro do temário, o item que fala das avaliações das ações e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres nos âmbitos municipal, estadual e federal – avanços e desafios dará subsídios, tanto ao MPOG quanto à SPM, para o PPA 2016-2019. Reforçou que existe um comprometimento do MPOG e da Secretaria Geral da PR de casar o ciclo de planejamento com o ciclo das conferências. Nesse intuito, se comprometeriam, após a conferência, tomar as resoluções, fazer um batimento para ver se já estão no PPA. As demandas que não estivessem seriam incluídas em uma revisão futura. Tal procedimento foi feito com a conferência de igualdade racial, em que 80% das resoluções já estavam no PPA. Ressaltou que há resoluções que não se consegue colocar no PPA federal porque dependem exclusivamente do município, ou seja, do PPA municipal ou do Poder Legislativo. **Rachel Moreno/RMM** salientou que a discussão do PPA antes ou depois da conferência recoloca um questionamento que surgiu nas redes sobre: qual seria o caráter das conferências? Deliberativa ou só consultiva? Qual a limitação e qual é o desgaste que há ou não no modelo de democracia participativa? Ajudaremos a formular o PPA ou só teremos acesso quando houver a primeira revisão? Seria importante que fosse dado acesso ao conteúdo do PPA. Em seguida questionou sobre as etapas municipais e estadual da conferência em São Paulo, onde já ocorreram problemas em edições anteriores. A quem cabe convocar? E em não havendo a convocação pelo governo, a quem caberia convocá-la? " Em São Paulo “tivemos alguma dificuldade com Conselho Estadual da Condição Feminina, peço esclarecimentos para facilitar o entendimento”. Sobre a mídia, concordou com as questões colocadas pela Ministra Eleonora. **Aparecida Schumacher/AMB**, referiu que antes de tratar dos detalhes da comissão organizadora da 4ª CNPM, o conselho deve responder: conferência é para quê? Qual a pertinência de realizá-la em 2015? Devemos pensar, de fato, porque se não será construído um novo plano – que, de fato o atual está ótimo –, se não serão elencadas prioridades para o PPA, se não será tratado um tema como a reforma do sistema político desse país, para que a conferência? Nas circunstâncias pré-eleitoral o GT considerou que a conferência seria uma estratégia de mobilização nacional. Avaliamos serem mais importante as conferências municipais, tendo como objetivo primordial a construção dos planos municipais e estaduais. Para isso, é importante a produção de um texto orientador que subsidie o como redigir um plano e como elaborar

uma lei que convoque a conferência, caso o prefeito não o faça, no sentido de qualificar as conferências. Outro ponto, que a SPM apresente o balanço das ações desenvolvidas, apontando as prioridades e destacando, por exemplo, uma ação realizada de extrema importância para o governo e para a SPM. Cabe ao conselho pensar porque queremos a conferência. Vamos investir nossa energia, através de nossas organizações, para que ela aconteça? Se sim, depois discutiremos as outras questões de organização. Sobre o temário da reforma política concordou com os argumentos da ministra de não acoplá-lo à conferência. Comentou que há muitas organizações envolvidas nessa discussão e que estão surgindo dentro da coalizão duas posições: uma que acha que não deveria mais ser levantada a questão do plebiscito; e outra que defende que essa é uma luta que faz a questão avançar. Ressaltou ser importante que o conselho se posicione ou que as entidades da sociedade civil que o integram o façam. Finalizou sugerindo a realização de uma reunião com algumas pessoas da coordenação da coalizão nacional que apresentassem os pontos fundamentais para uma reforma política para nos subsidiar sobre o tema de forma a ampliá-lo e nos capacitasse na construção de argumentos que traduzam o que acordamos dentro do conselho. **Rosane da Silva/CUT** ressaltou que é fundamental garantir maior participação da sociedade civil na conferência, permitindo que esta seja parte do processo de construção em todas as suas etapas de realização. Apresentou, em seguida, uma problematização para a Comissão avaliar: todas as companheiras falaram da importância de envolver os municípios na construção da política. Percebeu-se que, no processo eleitoral, nos municípios onde a política chegou o resultado foi positivo e não chegou onde não houve vontade política de prefeitos, ou porque não houve pressão social. Ressaltou que, em 2012, um dos grandes temas do debate eleitoral eram as creches e houve um investimento brutal do governo federal. Só que alguns municípios não buscaram os recursos por não considerarem essa demanda prioritária. O grande desafio para o conselho é pensar em como envolver os municípios no processo de organização e realização da conferência. É importante que a comissão organizadora pense a agenda e o calendário para que, de fato, ocorra um bom debate, envolvendo os estados e os municípios. Sobre o PPA, disse que o conselho deve discutir e apresentar propostas à SPM para que se ampliem os recursos. Por último, reforçou que o debate sobre reforma política é fundamental, mas deve ser pensado que na conferência nacional não é representada só pelo campo político presente no conselho. Há os governos estaduais, municipais e há uma disputa na sociedade sobre o tema. Enquanto integrante da CUT e participante da coalizão tem dado mais força ao plebiscito porque o Congresso Nacional não fará reforma política que beneficie jovens, mulheres, negros, LGBTs. Destacou que o conselho deve se posicionar. E sobre a formação da comissão organizadora ponderou que deve ser ampla e conte com a representação do conjunto de setores que integram o CNDM. Lourdes Bandeira fez as seguintes considerações: a importância da realização da conferência se dá porque temos uma política nacional para as mulheres, ancorada no PNPM, mas que não chegou aos municípios. A conferência não precisa fazer um Plano; ele precisa ser efetivado. Esse Plano, em grande parte, engloba o que continha o anterior. Se há uma política nacional porque criar o Sistema Nacional? Haveria uma duplicidade, um enfraquecimento de uma política nacional. As nossas políticas e as formas de atuação são diferenciadas do MDS, por exemplo, que tem os CRAS e CREAS; do SUS, que tem um sistema com outras características. As nossas municipalidades, os nossos centros de

referência, os nossos Organismos de Políticas para as Mulheres na ponta têm características diversas das finalísticas dos outros sistemas citados. Há também a considerar que um sistema precisa de recurso. “Desviaríamos” o que já temos, e que é pouco para a política nacional, estruturado pelo Plano, para o Sistema, consequentemente deixaríamos de canalizar para ações importantes se não reafirmar e reforçar a política nacional. A conferência é tanto consultiva quanto deliberativa, contribuindo na formalização dos planos, na mobilização e na pulverização da política nacional na ponta. E asseverou: não adianta ter uma política nacional, ancorada por um Plano, e não chegar na ponta. Agora teremos 27 casas para combater a violência contra as mulheres com esse sistema. Se não houver um enraizamento nos municípios e estados, o risco de insucesso dessa política é muito grande. Reafirmou sua posição de que a 4ª CNPM não deve responder a um rito. Ela tem um objetivo da mobilização para reforçar e reafirmar a política nacional que temos. **Silvana Conti/LBL**, destacou a necessidade de que a conferência trabalhe na perspectiva de “avanços e desafios”. Entende ser fundamental pensar no caráter mobilizador, articulador e formador da conferência. Destacou, ainda, ser importante reforçar o papel de cada uma das conselheira nos municípios, no sentido de articular a participação e mobilização das mulheres. Com a intenção de fortalecer os municípios e estados, sugeriu a criação de grupos temáticos com trocas de experiências exitosas de políticas para as mulheres trazidas dos municípios para a Conferência, cumprindo o papel de fortalecer os movimentos e trazer para o centro de discussão os resultados positivos de modo a impulsionar os que não estão fazendo. Com relação à reforma política, endossou as posições anteriores de que é importante fazer o debate no Conselho, construindo bons argumentos para avançar. **Maria das Dores/AMNB** entende ser fundamental centrar na conferência as políticas dos municípios. Em sua avaliação, o governo da presidenta Dilma avançou porque é ancorado em um planejamento através do MPOG. Por esta razão considera que um dos papéis do MPOG é mobilizar as secretarias estaduais e municipais de planejamento para se engajarem nas conferências. Indagou sobre como ficará a situação dos municípios que não têm plano. Como eles avaliarão as políticas? E com relação à reforma política sugeriu que as próprias organizações da sociedade civil possam elencar como está o debate em sua rede, onde estão engajadas. **Alessandra Lunas/CONTAG** apontou a importância da estratégia política do CNDM a incidir sobre as demandas das mulheres. Disse que a conferência é instrumento fundamental para chegar às mulheres da ponta e, que, portanto, deve-se envolver o maior número delas para “brigar” por mais OPMs e por seu bom funcionamento. Sobre a agenda de debates do conselho, ao discutir a reforma política ou o PPA, entende que esse conselho tem um papel de dar luzes para as Conferências. Ponderou que a proposta do prazo das conferências precisa ser revista porque há a necessidade, enquanto Conselho, de elaborar, estruturar esses insumos que vão dar subsídio às conferências. Por necessitar se retirar, a ministra Eleonora agradeceu e elogiou o altíssimo nível nas discussões realizadas nos dois dias, passando a coordenação à secretária executiva Lourdes Bandeira que continuou com as inscrições. **Sheila Sabag/RNFS**, referindo-se à conferência, defendeu a porcentagem de 60% na participação da sociedade civil e o maior engajamento das conselheiras, sobretudo nas conferências municipais e estaduais. Alegou que a conferência que queremos é para consolidar as políticas para as mulheres nos municípios e nos estados. E referindo-se ao Estado de Santa Catarina

informou: “entre os 295 municípios existentes, há apenas um Plano de Políticas para as Mulheres, no município de Florianópolis e que ainda não foi implementado. Há apenas um Centro de Referência de atendimento às mulheres e cinco Casas Abrigo. Entende que o sistema não se choca com o PNPM. Não seria igual ao SUAS ou ao SUS, mas parecido com o da Cultura. Afirma que o sistema não anularia o PNPM. Considera ser necessário provocar os prefeitos, fazer com que eles se engajem. Mas entende que eles só se engajam quando há recursos. No caso de Florianópolis, o município ganhou recurso da Cultura e, então, teve a iniciativa de estruturar o conselho e o órgão executor dessa política, através de um fundo. **Rachel Moreno/RMM** comenta que há questões pendentes na esfera federal, que são os temas do aborto e da mídia. **Antônia Salgado/MAMA**, a respeito do caráter da conferência disse que ela deve ser espaço de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres. E que o maior desafio será fazer o PNPM chegar nos municípios. Sugeriu que houvesse uma reunião extraordinária para discutir a metodologia da conferência. Referiu também da necessidade de uma discussão sobre as outorgas para rádios comunitárias e sobre a democratização dos meios de comunicação. E sobre a criação de um sistema de políticas para as mulheres, reiterou que o conselho deve aprofundar essa discussão na perspectiva de formular uma proposta que contemple a concepção de políticas públicas para as mulheres que vem sendo implementadas transformando-a em Política de Estado. **Fernanda dos Anjos/MJ** comentou que se deve olhar as conferências anteriores das mulheres, pois há práticas já aprendidas que precisam ser repensadas e reformuladas. Seria importante o conselho fazer uma reflexão sobre as necessárias reformulações dizendo que muitas vezes são práticas “democratistas” e não fortalecem de fato a política participativa e a democracia. Entende que o cuidado que o GT teve de repensar o método, a estrutura e as diretrizes tanto para as conferências eletivas e não eletivas, foi fundamental. Pensar na metodologia para os três níveis, em documentos orientadores para os três níveis, em texto base que acumule e procure ser o mecanismo difusor dessas informações é fundamental. Há desconhecimento profundo sobre o que já avançamos e o que precisamos avançar, e esses são os espaços criados para produzir alinhamento de informação. Sobre o lema da conferência, sugeriu que poderia ser, também, um dos temas do debate, por mais que seja meta do Plano e esteja dado na política, seria importante lançar a discussão e o foco sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Trata-se de um tema que o resultado eleitoral mostrou o quanto ele precisa ser amadurecido e aprofundado na ponta. A conferência pode ser o espaço privilegiado para isso. Em seguida informou sobre as duas feiras de ciências realizadas pelo MJ, durante duas conferências nacionais: a feira de conhecimento em segurança com cidadania que aconteceu durante o processo da Conferência Nacional de Segurança Pública e a feira de conhecimento em práticas de migração, refúgio e enfrentamento ao tráfico de pessoas que ocorreu durante a Conferência de Migrações. E acrescentou: as boas práticas trazem luz sobre o que significa um novo modelo, uma inovação, um novo paradigma. E nas feiras foram criados espaços de trocas, feitos por acordos de cooperação para intercâmbio. Essa experiência foi positiva e muito bem avaliada e recomendou, por fim, que o CNDM pensasse nessa iniciativa. Referindo-se à criação de um sistema, concordou com a intervenção da secretária Lourdes Bandeira de que a política para as mulheres já avançou muito e que o tema de gênero precisa ser, cada vez mais, transversalizado e presente nos sistemas de políticas públicas existentes. Sua

dúvida recaia sobre o pensar e estruturar um sistema próprio, se isso não tenderia a desconfigurar a lógica da transversalidade. Entende que esse assunto precisa amadurecer em outro nível antes de ser colocando para um debate de conferência nacional. **Justina Cima/MMC** disse que o debate e a reflexão sobre os temas da reforma política e do sistema, foram fundamentais. Salientou a importância de se buscar o fortalecimento da política nacional. Em seguida, comentou sobre o processo de organização e realização das três conferências e as conquistas em políticas para as mulheres a partir delas. E afirmou: “se for feito um balanço sobre os avanços desse processo, com certeza teríamos material importante para as mulheres tomarem conhecimento”. Sobre a conferência defendeu que o foco deve ser a mobilização nacional, o fortalecimento, a organização, a formação para empoderar as mulheres na ponta. Essa é a resposta para o porquê queremos a conferência. Sugeriu que a conferência servisse para dar visibilidade de experiências exitosas dos municípios. Talvez nessas experiências pudessem constar relatos de outros ministérios, como um debate sobre a questão da ATER, da agroecologia, avanços construídos em parceria com a SPM e o MDA. Para as organizações de mulheres rurais isso seria muito importante. Por último lembrou de duas frases ditas pela ministra Eleonora no primeiro dia de reunião do CNDM, que, nesse processo, além de fortalecer a organização de mulheres e a mobilização, poderiam contribuir para a superação da preocupação de que “gestoras e gestores não estão preparados para atuar a partir dos novos direitos”. Sobre a outra frase, de que “existe um vácuo enorme entre os conceitos e a implementação dos conceitos, sugeriu que quanto mais debate houver e quanto mais empoderarem as mulheres a partir de sua realidade, mais avanços haverá. Concluiu concordando com a proposta de se debater a reforma política na próxima reunião do Conselho. **Julia Zamboni/MDS** reiterou algumas falas sobre o papel e a importância da conferência, reforçando um dos objetivos citados que é o de fortalecer a intersetorialidade, aumentando também a participação de mulheres indígenas, quilombolas e povos de terreiro. Esses grupos tradicionais ainda possuem práticas machistas muito naturalizadas e é preciso inclui-los na conferência para que as mulheres possam participar da política. Ressaltou que na elaboração da 3ª CNPM, a SPM fez uma parceria com a FUNAI e inscreveu várias mulheres. Sugeriu que isso se repetisse, pensando também em agregar outros segmentos. Concluiu informando que no final de novembro/2014, acontecerá o Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais para formar um Conselho com essas representações. Informou que atualmente existem 17 segmentos representados e que seria importante fortalecer o diálogo entre o CNDM e esse Conselho em processo final de formação. Sobre a realização da conferência Raimunda de Mascena referiu que 2015 é um ano de debate sobre o tema das mulheres. Vê as conferências municipais, estaduais e a nacional como momento de debater e responsabilizar o conjunto das organizações e os governos sobre o tema das mulheres, lembrando que o número de OPMs e Conselhos em relação ao número de municípios brasileiros, é pequeno. Alegou que a conferência deve encorajar a discussão nos municípios sobre os temas das mulheres; estas precisam pautar, nos programas municipais de governo, a importância da criação da secretaria de mulheres. O plano que temos, muito bem atualizado, deve ser discutido pelo Brasil afora. É preciso definir que as conferências municipais reflitam o que é do município, o que fica no colegiado ou nos consórcios organizados entre municípios. Sobre o sistema salientou a necessidade de

discuti-lo numa perspectiva de futuro. É um assunto que faz parte dos temas que precisam discutir para que as políticas para as mulheres sejam políticas de Estado e não de governo. **Linda Goulart**/Chefe de Gabinete citou Bernardo Toro para responder sobre “para que a conferência” que trata da mobilização social como “convocar vontades, um ato de paixão e razão porque deve ter um objetivo pré-definido, um sentido compartilhado”. É um desafio e tanto e não se pode ir nem para uma coisa abstrata e nem para uma coisa que possa ser datada, como é a reforma política. A resposta seria avançar nos direitos. Essa é a pegada para se discutir as políticas e ao mesmo tempo o instrumento de aplicação das políticas que é o PNPM. O objetivo é fazer política para todas as mulheres, então, que em seus territórios elas participem dessa discussão. O que a SPM deve ter como prioridades: aumentar o número de OPMs e de Conselhos. Se conseguirmos fazer a mobilização para avançar o direito das mulheres e fazer com que, no bojo da mobilização, se discuta o PNPM nos níveis municipal e estadual, no nível de compreensão das mulheres em geral, aí teremos o mote para a conferência. **Neuza Tito**/SAE, comentou que a extensão da pergunta da “conferência para quê?” poderia ser “mobilizar para que” A nossa pauta se torna complexa a cada período, então, precisamos dar mais foco no “para que mobilizar”. Essa deve ser uma pergunta perseguida por nós. Outra questão que mencionou foi sobre a necessidade de aprofundar a metodologia. Entende que há uma distância entre forma de elaboração, enquanto conselheiras e/ou gestoras, e o que as mulheres vivem na ponta. A chamada da conferência não pode ser complexa para as pessoas da ponta: avanços, perspectivas, sistema. A pergunta lá na ponta precisa ser mais simples e direta porque as pessoas não vivem o contexto e linguajar da gestão pública. É importante decodificar na metodologia da conferência, o conteúdo, os objetivos, o linguajar. Sobre o sistema também recomenda um aprofundamento sobre o tema. E sobre o balanço apresentado pela ministra Eleonora no primeiro dia da reunião, foi um balanço muito positivo do ponto de vista de construções, de caminhos, de formas de articulação entre a SPM e os demais órgãos federais. Diante desses formatos (planos, programas, sistemas), é preciso avançar mais para poder tomar a decisão no processo da conferência de como alocar todo esse acúmulo de ferramentas que estejam a serviço no sentido de avançar na política pública. Por último, quis saber se havia alguma articulação no Conselho com o processo de organização das mulheres negras, considerando a Marcha Nacional das Mulheres Negras que ocorrerá no ano que vem. **Jeanete Mazzeiro**/FMM mostrou-se preocupada com a data de realização da conferência nos municípios e nos estados. Entende que precisa ser repensada. **Regina Adami**/Assessora Parlamentar da SPM informou que no Congresso Nacional, a pauta da participação social foi enviada para a Comissão de Constituição e Justiça e que algumas pautas saíram da discussão, mas que se espera que as conversas evoluam bastante. **Sonia Malheiros**/Assessora Especial afirmou que o propósito do GT foi alcançado, que era levantar questões, colocar na roda e ter uma base para aprofundar a discussão, a partir da formação da comissão organizadora da 4ª CNPM. Esclareceu que a comissão seguirá o modelo da última conferência, ou seja, é paritária e será integrada por 12 representações, a saber: seis representantes do governo (sendo que as do governo serão quatro da SPM; uma de organismo estadual de políticas para as mulheres e uma de organismos municipal de políticas para as mulheres) e seis representantes de organizações da sociedade civil que integram o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e suas respectivas suplentes.

Finalizou dizendo que nessa reunião seriam indicadas e eleitas as conselheiras da sociedade civil que integrarão a comissão organizadora. **Lourdes Bandeira** lembrou que há o critério da voluntariedade e disponibilidade. A autoindicação passa pela responsabilidade de comparecer e saber que é um trabalho de fôlego e que vai necessitar de presença. Foi dado um tempo para as conselheiras discutirem e se articularem sobre a indicação. Após discussão foram indicadas as seguintes conselheiras com as suas respectivas suplentes: (1) Maria Aparecida Schumacher/AMB (titular) e Sheila Sabag/RNFS (suplente); (2) Maria das Dores Almeida/AMNB (titular) e Matilde Ribeiro/Notório Conhecimento das Questões de Gênero (suplente); (3) Silvana Conti/LBL (titular) e Karoline Soares Chaves/ABL (suplente); (4) Rosane da Silva/CUT (titular) e Ivânia Pereira da Silva Teles/CTB (suplente); (5) Justina Cima/MMC (titular) e Alessandra Lunas/CONTAG (suplente); (6) Maria Antônia Salgado/MAMA (titular) e Rosimere Maria Vieira Teles/UMIAB (suplente). **Lourdes Bandeira** parabenizou as indicações e informou que serão convocadas para participar da primeira reunião da comissão organizadora. Lembrou que 2015 representa os 40 anos da primeira conferência internacional de mulheres, realizada no México em 1975, quando as mulheres trouxeram para a pauta internacional a questão e a legitimidade das discussões relativas ao movimento feminista e de mulheres. E recomendou que se desse menção a essa importante data. Lembrou, também, que a Conferência de 1975 foi muito importante para a criação do CNDM, em 1985, em que se destacaram feministas do porte de Heleieth Saffioti, Rose Marie Muraro, Danda Prado, que inspiraram e tiveram papel importantíssimo para a criação do Conselho. **Alessandra Lunas/CONTAG** informou sobre o lançamento da Marcha das Margaridas 2015, que será realizado no dia 11 de novembro, em Luziânia e que nos dias 11 e 12 de agosto, será o lançamento da etapa nacional, em Brasília. Informou também que no período de 10 a 12 de novembro de 2014, em Brasília, acontecerá a I Conferência Internacional de Mulheres Rurais. **Maria Aparecida Schumacher/AMB** elogiou a ABMCJ pelo envio de uma moção à OAB, parabenizando-a pela aprovação da obrigatoriedade de, no mínimo 30% de mulheres, na composição de suas diretorias, conforme informe passado pela conselheira Jeanete Mazzeiro. **Lídia Correia** informou que a Marcha das Mulheres Negras pelo bem viver e contra o racismo e a violência contra as mulheres, acontecerá em 13 de maio de 2015, em Brasília. Agradecendo a presença e as contribuições, a Secretária Executiva **Lourdes Bandeira** encerrou a reunião.

Ata elaborada por Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos – Coordenadora-Geral do CNDM.